



GT 27. Da desregulação ao desmonte: ataques às políticas ambiental, indigenista, quilombola e dos demais povos tradicionais

Coordenador(es):

Stephen Grant Baines (UNB - Universidade de Brasília)

Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Sessão 1 - Mobilizações e articulações no contexto de políticas anti-indígenas

Debatedor/a: Stephen Grant Baines (UNB - Universidade de Brasília)

Sessão 2 - Dinâmicas estatais e corporativas atuais: desregulação, desmanche ambiental e criminalização

Debatedor/a: Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Sessão 3 - Legibilidades e ilegibilidades: dispositivos de reconhecimento de direitos e pacificação do dissenso

Debatedor/a: Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Nos últimos anos, processos de desregulação ambiental, os quais compreendem a flexibilização das leis relacionadas à gestão-proteção ambiental e aos direitos territoriais indígenas e de comunidades tradicionais visando à intensificação da exploração dos recursos naturais, configuram ameaças aos direitos constitucionais. A radicalização dessa tendência ocorre desde a posse do atual governo federal, com sucessivas medidas voltadas para o desmonte das instituições encarregadas das referidas políticas. Na área ambiental, registra-se o aumento do desmatamento na Amazônia, ataques ao IBAMA, ao ICMBio e a revisão da Lei Geral do Licenciamento. O desmonte da política indigenista revela-se no enfraquecimento da FUNAI e nas invasões de territórios indígenas. Intensificam-se medidas para reestruturar o mercado de terras e violar os direitos, com a consequente criminalização de indígenas, comunidades tradicionais e antropólogos que defendem esses direitos. Ao mesmo tempo, as lutas dos povos tradicionais enfrentam essas violações. A eleição da primeira deputada federal indígena que mobiliza forças políticas contra as violências; a marcha das mulheres indígenas; a mobilização dos povos do cerrado são algumas frentes. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que possam dialogar com a temática, tanto na perspectiva de apontar as violências das afetações advindas das políticas de desmonte, como as iniciativas que se organizam para defender outras formas de viver e de projetar o futuro.

Terrorismo de barragens como prática de encurralamento

Autoria: Aline Mendes Pereira (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais), Terrorismo de barragens como prática de encurralamento O objetivo desse work é analisar as estratégias de implementação da Mineração no atual context

O objetivo desse work é analisar o projeto da Mineração no atual contexto mineiro, marcado pelo colapso de duas barragens de rejeitos, considerados os maiores desastres ambientais no contexto da mineração. Tal análise será feita levando em consideração o modus operandi há tempos utilizado por estes e outros grandes empreendimentos, que são as práticas de encurralamento formulado pela pesquisadora e antropóloga Santos (2014) em estudo do caso Minas Rio. Em 2015, no município rural da cidade de Mariana/MG, ocorreu o rompimento da barragem do Fundão, de propriedade da empresa Samarco Mineração S.A. (um empreendimento conjunto entre a Vale S.A. e a multinacional australiana BHP Billiton). O desastre ocasionou



60 milhões de metros cúbicos de lama tóxica despejados em um percurso de 663 quilômetros dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. A avalanche causou 19 mortes, levou a casa de cerca de 1200 famílias e atingiu 35 municípios, sendo que os povoados Bento Rodrigues e Paracatu foram completamente destruídos. Em 2019 ocorreu a ruptura da barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho/MG segundo as últimas informações, incluindo 14 pessoas desaparecidas, 270 pessoas perderam a vida. Após o colapso das barragens, nos municípios atingidos vem ocorrendo uma prática conhecida como Terrorismo de barragens. Que consistem em uma série de atuações como evacuação das populações em áreas de barragens ZAS (Zonas de Auto Salvamento), disparo de sirenes, criação de rotas de fuga, ausência de ação das autoridades como a defesa civil, que ocasionam o encurralamento dos habitantes e em certa medida dos municípios ao delimitar mais áreas de risco. Práticas que provocam medo na população e pressão sobre as autoridades, além de fomentar necessidade da construção de grandes projetos relacionados com o descomissionamento de rejeitos como melhor e mais rápida solução, e que devido a situação, não é necessário licenciamento ambiental. Assim é dada a ideia de necessidade do empreendimento, esse acontecimento é conceituado como Inexorabilidade, que são formas de escapar ou diminuir exigências burocráticas, subdimensionar impactos.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: